

# RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA \_\_\_\_ª VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CTPS Nº: \_\_\_\_\_ SÉRIE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

PIS/PASEP: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

RECLAMADA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RAMO DE ATIVIDADE: \_\_\_\_\_

## I – DOS FATOS

DATA DE ADMISSÃO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ DATA DE DEMISSÃO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

FUNÇÃO EXERCIDA: \_\_\_\_\_ ÚLTIMO SALÁRIO: R\$ \_\_\_\_\_

1. A reclamada admitiu o reclamante para exercer a função acima mencionada, sob contrato de trabalho regido pela CLT.
2. Durante o vínculo, o reclamante laborou em jornada habitual de \_\_\_ horas diárias, com intervalos irregulares e sem pagamento de horas extras.
3. A rescisão do contrato ocorreu em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, sem o pagamento das verbas rescisórias devidas, nem a entrega das guias para levantamento do FGTS e habilitação no seguro-desemprego.
4. Além disso, o reclamante sofreu condições insalubres/perigosas, sem o devido adicional.

## II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O presente pedido fundamenta-se nos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Constituição Federal, Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e demais legislações correlatas, aplicáveis na espécie.

### III – DOS PEDIDOS

**Diante do exposto, requer:**

1. A citação da reclamada para contestar a presente reclamação, sob pena de revelia e confissão;

**2. A condenação da reclamada ao pagamento das seguintes verbas trabalhistas:**

- **Aviso prévio indenizado/trabalhado;**
- **Saldo de salário;**
- **13º salário proporcional;**
- **Férias proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional;**
- **FGTS de todo o período contratual, com multa de 40%;**
- **Multa do artigo 477 da CLT pelo atraso nas verbas rescisórias;**
- **Multa do artigo 467 da CLT sobre verbas incontroversas;**
- **Horas extras com adicional legal e os devidos reflexos em férias, 13º salário, FGTS e descanso semanal remunerado;**
- **Adicional noturno, quando devido, com reflexos;**
- **Adicional de insalubridade/periculosidade, se comprovado;**
- **Indenização por danos morais, se for o caso;**
- **Diferenças salariais e demais verbas devidas;**
- **Vale-transporte, vale-refeição/alimentação, quando cabíveis;**
- **Indenização pelo não fornecimento ou irregularidade no seguro-desemprego;**
- **Outros direitos eventualmente apurados no decorrer da instrução processual.**

**3. A entrega dos documentos e guias necessárias:**

- CTPS devidamente atualizada;
- Guias para levantamento do FGTS;
- Comunicação de dispensa para habilitação no seguro-desemprego;
- Termos de rescisão de contrato;
- Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

4. Requer a produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente prova documental, testemunhal e pericial para comprovação dos fatos alegados.

5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 790, § 4º da CLT.

6. A condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, conforme artigo 791-A da CLT.

7. A aplicação do artigo 523 do Código de Processo Civil para execução imediata em caso de não pagamento voluntário.

### IV – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à presente reclamação o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (valor estimado para efeitos fiscais).

Nestes termos,  
Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)

OAB/\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/reclamacao-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.